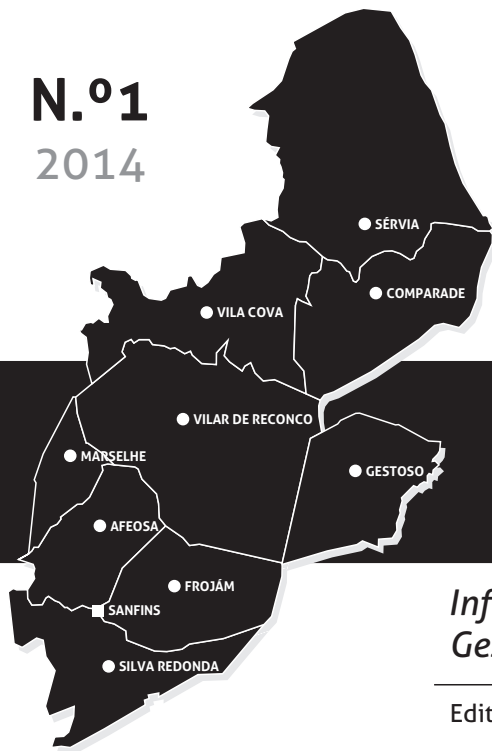


N.º1
2014



Neste número...

- Proposta de autogoverno paroquial
- Vota de morto quem não vota de vivo
- Bancos: onde meter o dinheiro
- Orçamento de Lousame por paróquias
- Minas de Sanfins: espólio e subsídio
- Os papéis de Paquito
- Aumentam os roubos
- Sérvia: vertedoiro do País?
- Roubo elétrico
- Proposta de escudo e bandeira

TERRAS DE VILA COVA

Informativo periódico para as aldeias d'Afeosa, Comparade, Frojám, Gestoso, Marselhe, Sanfins, Sérvia, Silva Redonda, Vila Cova e Vilar.

Edita: Partido da Terra de Vila Cova | facebook.com/ptvilacova | tambre.macomunidade.org

A nova Ley de Racionalización y Sostenibilidad de la Administración Local promove que os municípios rurais se fusionem ou acabem sendo anexionados por outros urbanos de mais habitantes.

Os partidos de políticos profissionais querem criar municípios mais grandes, que poidam manter os seus elevados salários como alcaides, liberados e assessores, e que resultem menos transparentes e mais afastados do controle vizinhal. No município recentemente fusionado de Oça-Cessuras, governado polo PP, o alcaide subiu-se o salário 257%: desde os 1.000€ que cobrava até mais de 4.000€. Também é o caso de Lousame, onde em 2012 transcendeu a ideia do governo municipal de sermos anexionados por Noia. Desde o Partido da Terra respondeu-se de imediato concentrando-nos ante o consistório da vila. Agora, a um ano das eleições, apresentamos 6 motivos para continuar a opor-se à fusão e 6 formas alternativas de enfrentar os problemas atuais do município.

1. A capacidade de decidir afasta-se. No atual modelo, onde as aldeias e paróquias não temos nada que dizer, Vila Cova já é periferia no que a equipamentos e serviços se refere. Levar o centro de decisão para Noia fará que este se afaste ainda mais.
> Cada paróquia e cada aldeia terá capacidade de autogoverno para decidir sobre o quê fazer com o orçamento e impostos municipais que lhe correspondam.



Em junho de 2012 concentramo-nos contra a fusão diante do consistório de Noia.

6 motivos para opor-se a que Noia nos anexione

2. Teremos menos peso político e demográfico. Com quase 15.000 habitantes, Noia tem cinco vezes mais pessoas que Lousame. No entanto, Lousame, com um modo de povoamento muito disperso, tem 93 km² de extensão, frente aos 37 de Noia. Atender os 400 habitantes de Vila Cova será irrelevante na lógica de serviços em troca de votos dos políticos profissionais que nos governariam desde Noia.
> Nas nossas aldeias e paróquias devem deixar de decidir partidos com sede em Santiago ou Madrid. Ninguém sabe melhor como nos governar e como definir as nossas prioridades do que nós mesmos!

3. Os serviços concentram-se na vila. Se atualmente os serviços tendem a concentrar-se em Porto Bravo, a anexação faria que estes (saúde, ensino, etc.) foram levados progressivamente para Noia, afastando-se ainda mais das comunidades rurais.
> O autogoverno das paróquias e aldeias fará com que tenhamos os serviços que queiramos e poidamos assumir, e ademais controlaremos diretamente.

4. Noia desatende as suas paróquias rurais. Noia é um município volcado para o seu casco urbano, desatendendo as paróquias eminentemente rurais: Roo, que foi parte da jurisdição de Tojos Outos até o século XIX, Boa,

[continua o texto da página anterior]

Argalo e O Obre. Pouco podem esperar as paróquias de Lousame, neste contexto económico no que cada vez há menos dinheiro público disponível.

> **A paróquia e as aldeias podemos atender nós mesmos, sem que ninguém sentado em Porto Bravo, Noia, Santiago ou Madrid mandari-que em nós ou faga o que lhe pete.**

5. Taxas e impostos municipais mais elevados. Ainda que fora a vizinhança quem construiu e pagou as traídas de água e outras infraestruturas comunitárias nas nossas aldeias e paróquia, a lógica urbana imporia taxas e impostos mais elevados, que não reverteriam necessariamente na melhora dos serviços.

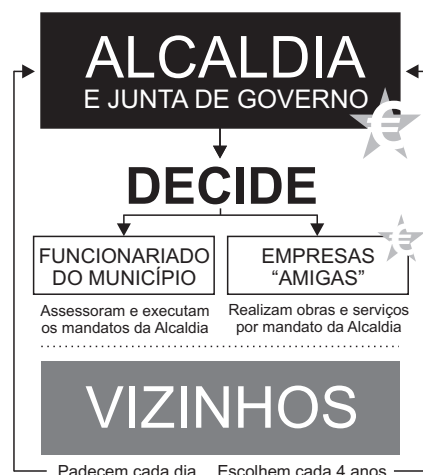
> **Nós decidimos que impostos e taxas queremos pagar, que prestações pessoais queremos fazer, e a que iremos dedicá-los, alterando-os conforme as necessidades de cada momento.**

6. Maior dependência energética. As zonas urbanas, que importam de fora tudo o que precisam para viver (comida, energia, ...), sustentam-se em lógicas de funcionamento totalmente inviáveis se temos em conta o declive das energias não renováveis baratas e abundantes. Levar o poder de decidir para Noia reduzirá as nossas possibilidades de prepararmos e auto-organizar-nos frente as suas graves consequências.

> **Governar-nos nós mesmos implica pensar entre todas as melhores fórmulas para organizar os desafios futuros da paróquia: facilitando o acesso a alimentos locais, produzindo nós mesmos a energia que precisamos com os meios dos que dispomos, tratando os nossos resíduos, reduzindo o transporte individual, colaborando no cuidado de nenos e maiores, etc.**

Proposta de autogoverno paroquial e comunitário

MODELO POLÍTICA PROFISIONAL



MODELO DE CONCELHO ABERTO



A proposta do Partido da Terra de Vila Cova é a do modelo de "concelho aberto", no que todos os vizinhos da paróquia são concelheiros e deliberam e decidem sobre as competências municipais em assembleia: desde quais obras fazer nas aldeias da paróquia até quanto pagar nos tramos municipais de impostos como o de veículos ou o do catastro. Neste modelo, como o peso das decisões públicas recai nos vizinhos, são os funcionários e técnicos municipais os que devem executar o decidido e elaborar os informes prévios que permitam deliberar às assembleias. O alcaide e concelhais só devem ratificar formalmente o decidido e, portanto, não teriam por que cobrar os salários e outras remunerações que recebem atualmente.

Polá contra, o modelo atual, de "concelho fechado" e política profissional, é totalmente opaco e delapidador: os vizinhos só temos oportuni-

dade de "opinar" cada 4 anos, nunca somos consultados, há um descontrole total no consistório, desaparecem misteriosamente centos de miles de euros, e gastam-se os recursos públicos não para melhorar a qualidade de vida dos vizinhos e evitar a sangria migratória, mas para comprar vontades nos anos eleitorais e poder continuar a lucrar-se desde o controlo partidário do município.

Levar à prática a alternativa proposta pelo Partido da Terra de Vila Cova não é uma utopia. Contamos com um projeto de Ordenação que queremos aprovar e aplicar quando a voz e força das paróquias chegue ao consistório em 2015. Esse é o único programa que propomos: que as aldeias e paróquias de Lousame se governem a si mesmas através de assembleias que gestionem as competências municipais e os recursos económicos que lhes correspondam. O texto está disponível: sem surpresas, sem intereses.

Vota de morto quem não vota de vivo?

A suspensão de emprego de Paco no consistório deixou à vista mais do que o desfalco. Segundo transcendeu, o censo de habitantes, também da mão de Francisco, levava 15 anos sem se atualizar. Entre as irregularidades atribuídas a Paco está a manutenção no padrão municipal de polo menos 68 pessoas que teriam falecido depois de

1998 e que seguiam constando no censo, incluído a efeitos eleitorais. Por este motivo, o Partido da Terra de Vila Cova remiteu uma instância à Junta Eleitoral Provincial para que esta investigue de ofício os registos eleitorais para saber se em efeito pudessem constar em Lousame votos emitidos por pessoas falecidas.

A instância lembra que a Lei de Regime Eleitoral Geral castiga as falsidades cometidas por funcionários públicos relativas à pureza do processo eleitoral e que, desde 1998, se celebraram quatro convocatórias. O escrito foi entre no Julgado de 1ª Instância e Intrução de Noia, responsável também pelo processo judicial contra Francisco González Lorenzo.

Os papéis de "Paquito"

O governo do consistório só fixo público o desfalco quando o ex-alcaide ia assumir a ata de deputado no parlamento galego.

Temos em Lousame nosso particular "Caso Bárcenas", com polo menos um quarto de milhão de euros polo meio. Apesar do secreto de sumário a que está submetido o procedimento judicial, apareceram durante o último ano notícias a conta gotas, procedentes do município. Sabe-se que o governo municipal, tentando um lavado de cara, encarregou uma auditoria externa, mas esta limitou-se ao período entre 2010 e 2012 (quando Paco foi aparentemente "cachado"). Informou-se que, "como mínimo", o desfalco nestes três anos foi de 235.000 €, mas preferiu-se não mirar mais atrás.

Paco, que aparentemente falsificava a assinatura de Santi (dizem no concelho que sem que o ex-alcaide soubesse), "continua sem soltar prenda por motivos de força maior" (publicava um periódico em março). Chegava-se a roubar 58.000 € de cada vez, sem que ninguém dos responsáveis pola supervisão económica do concelho (secretária-interventora, alcaide, junta de governo, etc.) aparentemente se dessem de conta, o qual continua surpreendendo a todos, especialmente quando boa parte das quantidades roubadas estavam destinadas a pagos a outros entes públicos participados polo concelho, como a



Francisco González, imputado na mesma semana que Santiago Freire ocupou a ata de deputado, com Teresa Villaverde já na alcaidia do município.

própria Mancomunidade da Serra da Barbança (responsável polo tratamento de resíduos em Sérvia). Para somar coincidência com o "Caso Bárcenas" de Lousame, o governo do consistório só fixo público o desfalco quando o ex-alcaide ia assumir a ata de deputado no parlamento galego. Os deputados são aforados, é dizer, só podem ser julgados em caso de que a maioria do parlamento (em mãos do seu partido) o permita: o 12 de novembro de 2012 Paco era imputado polo presunto delito e, dous días mais tarde, o 14 de novembro, Santiago Freire toma possessão da ata de deputado, ficando "blindado" ante o julgado de Noia que processa o caso. E ainda que em 2012 se abrissem 45 procedimentos contra aforados, desde

2008 não se julgou a ninguém.

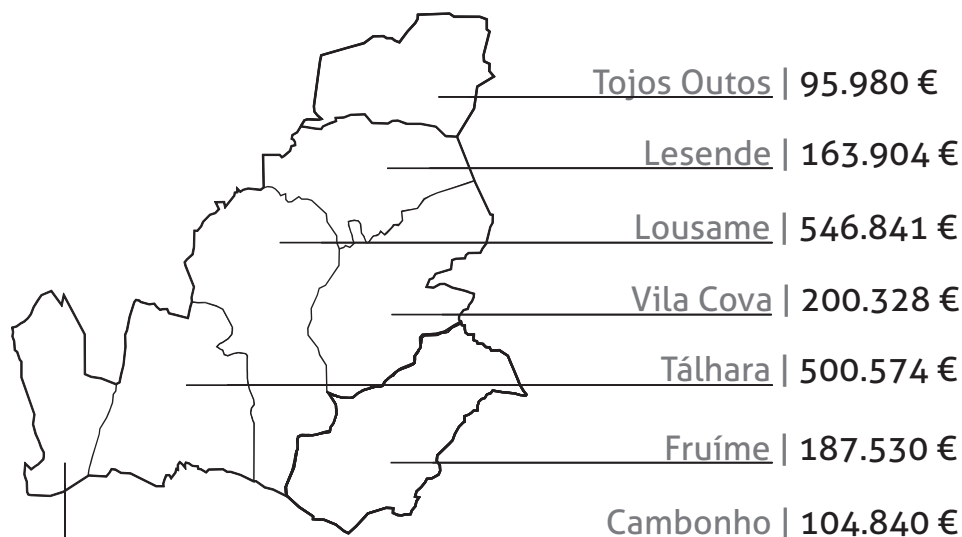
Estamos fartas dos casos de corrupção que acabam enterrados na papelada burocrática e judicial sem consequências para os responsáveis últimos dos desfalcos e sem devolução do dinheiro roubado. Este não pode ser um mais. Parece que, através duma suspensão administrativa temporal ao cabeça de turco (que continua a cobrar do concelho), todos os cargos políticos e funcionariais envolvidos nesta trama vão safar (calando uns polos outros). Todas as pessoas envolvidas nesta trama devem ser inabilitadas para o exercício de cargos e ofícios públicos, devem-se impor as condenas de prisão e multas que correspondam em via criminosa, e deve-se restituir todo o roubado.

Aumentam os roubos e privatiza-se a segurança

Ainda que o roubado nalgumas casas e nas cablagens de cobre não chega nem de longe ao que leva roubado legal ou ilegalmente o untamento a todas e cada uma das vizinhas, o aumento de roubos na paróquia de Vila Cova e outras aldeias do município deixou em evidência a incapacidade de resposta da Guardia Civil de Noia, que ignora sistematicamente qualquer sucesso que se afaste da vila. A negativa a atuar, mesmo quando alertados durante roubos em curso, deixa claro qual é a dia de hoje o rol que cumpre esse corpo armado. A nova Ley de Seguridad Ciudadana deixará mais e mais campos da segurança em mãos de empresas privadas afins aos partidos de políticos profissionais.

Ante isto, o Partido da Terra de Vila Cova defende recuperar as práticas de vigilância e segurança comunitárias, criando Guardas Paroquiais como um esforço conjunto do município, comunidades de montes e vizinhos, não só para dissuadir roubos mas também como fórmula para estabelecer mecanismos de protecção civil (por exemplo, para a prevenção de incêndios).

Com a proposta de ordenação de paróquias para o autogoverno comunitário, teríamos os meios económicos para dar segurança às nossas aldeias e que os quartos da paróquia ficassem nela, e não nos petos dos ladrões políticos ou de a pé.



Orçamento municipal por paróquias 2014

O orçamento do município de Lousame tem oscilado nos últimos anos entre os 4,5 milhões e os 2,8 milhões previstos para 2014. O que se deve dispare-se sempre antes das eleições municipais. Hoje a dívida por cada habitante é de 213 euros (frente os 79 de Rois, por exemplo). O governo do município gestiona o orçamento de forma impulsiva e caciquil. Por exemplo, no ano prévio às eleições municipais (2010) o gasto em pessoal laboral orçamentado subiu de 167.848 € a 992.425 para comprar votos, e no ano seguinte das eleições voltou a baixar para menos da metade.

A arbitrariedade de gasto e o serviço a interesses particulares é constante, como demonstra a aprovação para 2014 de uma obra de asfaltado de 40.000€ em Merelhe numa via que só

dá serviço a duas casas: uma delas a da própria alcaidessa Villaverde.

O Partido da Terra de Vila Cova quer que se aplique uma lei municipal (ordenação) de paróquias que estabeleça órgãos de autogoverno descentralizados para aldeias e paróquias, decidindo diretamente o que se quer fazer com os fundos que lhe corresponde a cada comunidade em função dos habitantes (obras em estradas, programas culturais, contratar pessoas para dar serviços na paróquia, etc.). Propomos reduzir ao mínimo os gastos centrais do município para que os vizinhos disponham do dinheiro necessário para fazer as obras, programas e serviços que considerem necessários. Conforme os orçamentos de 2014, estas seriam as quantidades aproximadas das que

disporia cada paróquia, contando as transferências da comunidade autónoma, do Estado, da deputação provincial e dos impostos municipais, sem contar as prestações pessoais que poderiam estabelecer os vizinhos para fazer trabalhos diretamente ou as colaborações com as comunidades de montes. Trata-se de uma aproximação que deixa fora do reparto 1 milhão de euros para os gastos centralizados do município, cifra que se poderia reduzir se as paróquias e aldeias assumem mais competências.

Viver da "política", que bonito é

Em 2012, o alcaide saínte tinha asignado um salário de 35.760€ anuais, havendo outra dedicação parcial de 12.273€/ano, mais dietas livres de impostos de até 930 €/mês que podia receber cada um deles. Isto é: 3.500 €/mês para um alcaide baixo cuja responsabilidade presuntamente mais dum quarto de milhão de euros desapareceu do município. Ademais, só em 2012 foram-se mais de 70.000 em pagar os políticos profissionais com dinheiro que poderia ser bem aplicado nas paróquias. A dia de hoje, todos os outros concelhais recebem 75€ por assistir a plenos, juntas de governo, comissões ou mesas de contratação, uma sangria de "dietas" (todas livres de impostos), às que se somam 60.000 euros de "produtividade" e "gratificações". O Partido da Terra propõe que nenhum cargo eleito cobre nem o primeiro cêntimo, pois o trabalho de decidir deve estar nos órgãos de autogoverno de aldeias e paróquias e não na corporação municipal.

Bancos: onde meter o dinheiro?

O Estado vem de regalar-lhe Nova Galicia Banco ao grupo venezuelano Banesco, dando por perdidos 8.000 dos 9.000 milhões dos nossos quartos que quedaremos a dever por décadas. Este movimento culmina o espólio do dinheiro guardado por milhares de galegas, que ademais de ser roubado diretamente nas quitas de preferentes e subordinadas, agora põe-se ao serviço de multinacionais. Vila Cova e Lousame continuam sem ter acesso a serviços bancários nos que poder confiar, sendo todas as alternativas disponíveis em Noia forâneas e incontroláveis.

O Partido da Terra de Vila Cova aposta pola criação de uma Caixa Cooperativa Municipal das Paróquias de Lousame, na que todos os vizinhos com conta aberta poidam aceder

aos serviços bancários numa lógica de serviço comunitário, mantendo ademais o controle pleno sobre a entidade como sócios cooperativistas, sendo donos da caixa e não só clientes. Esta entidade poderá favorecer o crédito nas paróquias de Lousame, impulsionar moedas comunitárias, potenciar os circuitos locais de produção e consumo e colocar a riqueza real ao serviço de novas iniciativas que apoiem o futuro das nossas comunidades.



Moeda de um Banco Comunitário do Brasil.

Roubo eléctrico

O preço da luz leva subido mais de 100% nos últimos 10 anos. Isto é: pagamos o duplo de luz hoje do que em 2004.

As empresas concessionárias de energia na paróquia podem estar bem contentas, pois maximizam-se os seus lucros graças à nossa ruína. A concessão da central eléctrica Salto de Vilacova, S.A., que começou em 1920, actualmente estendida até o ano 2061, tem uma produção anual de 3.440 MW/ano. Os dous aerogeradores existentes na paróquia produzem 5.100 MW/ano, com compensações económicas ridículas. A isto soma-se o projeto de central no rio Vila Cova, em Lesende, de Norvento Hidráulica, S.L.U. para uma produção semelhante à das Pías; assim como os planos de cogeração eléctrica de FCC na planta de Sérvia, que pagamos com os quartos de todas. A produção eléctrica atual da paróquia é de 8.590 MW/ano e poderia ser em breve superior aos 12.000 MW/ano. Para ter uma ideia do que significa isto há que ter em conta os dados representados na seguinte tabela:

- O consumo anual médio duma casa qualquer da paróquia de Vila Cova é de 3 MW/ano, o que significa que todos os fogares da paróquia consomem 300 MW/ano.

- O excedente de produção energética da paróquia é actualmente de 8.290 MW/ano.

- O preço do Mwa eólico no mercado é de 75/MW, de modo que esse excedente tem um valor de vários centos de milhares de euros, provavelmente mais de 600.000 €/ano.

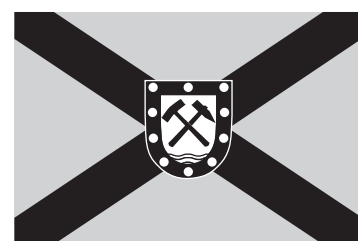
As leis blindam este roubo eléctrico. As paróquias e aldeias nas que se produzem estas ingentes quantidades de energia não têm qualquer poder de decisão sobre as concessões nem a capacidade para levarem adiante os aproveitamentos directamente e usufruírem dos seus recursos naturais. Ameaça-se às aldeias com a expropriação ou directamente expropriam-se. Os grandes grupos energéticos controlam o poder político e conseguem leis à medida das suas necessidades. Em comparação com os grandes grupos ener-

géticos que contratam ex-políticos ou os compram directamente, as comunidades vizinhais e paroquiais temos todos os entraves para levar adiante projetos de autoabastecimento eléctrico, utilizando as velhas infraestruturas comunitárias como os moinhos hidráulicos ou novas tecnologias como a solar e a eólica. Desde o Partido da Terra de Vila Cova queremos acabar com esses entraves à autoprodução e recuperar também para o âmbito de decisão paroquial e comunitário as concessões energéticas existentes e facilitar que tanto particulares como aldeias possam autoproduzir a energia que precisam vendendo à rede qualquer excesso. Temos direito à nossa soberania energética e a que cesse o espólio e roubo dos recursos da paróquia: todo megawattio produzido deve passar pela decisão soberana da comunidade.



Proposta de bandeira e escudo paroquial

O Partido da Terra de Vila Cova apresenta uma proposta de escudo de armas e bandeira para a nossa paróquia. Os 10 bezantes em ouro representam as nove aldeias desta Terra e o povoamento mineiro de Sanfins. No centro, os apeiros da minaria, da qual há constância na paróquia desde a época remota, e as águas da fonte de Sanfins e do rio Vila Cova. Culmina-o uma coroa floral, formada por espigas de milho, trigo e centeu, simbolizando a autossuficiência e autogoverno. A bandeira é uma cruz de Santo André em verde e amarelo, cores do brasão.



Minas de Sanfins: espólio e subsídio

Em outubro de 2013 declarou-se insolvente a empresa concessionária das minas de Sanfins depois de cobrar mais de 2 milhões de euros em subsídios públicos.

As minas de Sanfins, enclavadas nas comunidades de Silva Redonda, Frojám e Afeosa, continuam representando o roubo da riqueza do subsolo da paróquia de Vila Cova. A empresa *Incremento Grupo Inversor S.L.* é a mais recente das companhias que, em base à Lei de Minas franquista de 1973, se apropriaram da concessão para explorar umas terras que desde sempre pertenceram às comunidades vizinhais circundantes.

O recente concurso de acredores de Incremento, participada pela estadunidense *Global Tungsten & Powders*,

depois de obter 2.086.755€ em subsídios a fundo perdido dos governos galego e espanhol, deixa em evidência a estratégia das empresas concessionárias: especular com o potencial das minas, obter ajudas multimilionárias do Estado, estafar os trabalhadores (que até se encerraram na mina para reclamar salários) e empresas de subministros e desentender-se da reparação ambiental. Frente este modelo, o Partido da Terra de Vila Cova defende que a gestão da concessão mineira (incluindo a decisão sobre a sua continuidade e destino de qualquer benefício) deve voltar às comunidades vizinhais afectadas deixando de estar nas mãos de empresas interessadas apenas em papar os subsídios à minaria pagos com os quartos de todos.

Sérvia: vertedoiro do País?

O aumento de 34% nas quotas do sistema de processado de resíduos de Sogama provocou uma avalanche de solicitudes à Mancomunidade da Serra do Barbança, titular da planta de Sérvia. Como esses municípios não querem pagar mais, pensam agora que mandar o seu lixo para Vila Cova é um jeito de solucionar o problema.

A capacidade limitada das instalações de Sérvia (feitas inicialmente para 3 municípios e servindo hoje a 9 com 80.000 habitantes) não pode dar abasto ao lixo de mais municípios, polo que se leva tempo considerando ampliá-las, com as previsíveis consequências ambientais e de saúde para os vizinhos das aldeias circundantes. Ademais, a planta sitou-se próxima dum polvorim pré-existente cujo traslado, decidido judicialmente, terá que ser pagado por nós: os vizinhos. Mais uma trapalhada dos governos municipais, preocupados apenas polos interesses e lucros particulares.

No Partido da Terra de Vila Cova questionamos esse modelo de tratamento de resíduos, nos que o lixo de milhares e milhares de pessoas vão parar a uma só aldeia privada de poder de decisão, com enorme gasto de energia e grande custo para os usuários.

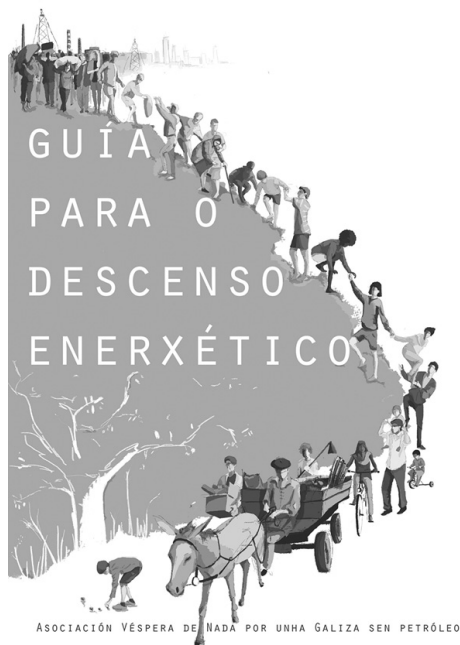


A voz da vizinhança de Sérvia e Vila Cova deve contar. [Fotografía: Xornal Certo]

O próprio sistema, num cenário de declive energético, tem os dias contados e está da nossa mão procurar alternativas antes de que o lixo nos chegue aos focinhos (pois o seu cheiro já leva tempo chegando!). A alternativa não passa porque todos queiram meter o lixo na nossa paróquia. É necessário estabelecer a responsabilidade dos produtores, transformadores, distribuidores, comercializadores e consumidores sobre os resíduos gerados em qualquer ponto da cadeia de produção e consumo. No Partido da Terra de Vila Cova consideramos que isto passa por

promover a produção e distribuição a granel, a redução na origem, a reutilização, a recolha seletiva, a reciclagem e alternativas mecânicas e biológicas para o processamento de resíduos como a compostagem ou a digestão anaeróbica.

Além disso, os vizinhos e vizinhas de Sérvia, que são os que mais sofrem as consequências deste modelo de gestão, devem ter voz e voto no atual funcionamento do sistema e direito a serem compensados por qualquer externalidade negativa que sofram no dia a dia derivado da instalação da planta nas proximidades da aldeia.



Guia para o descenso energético

O Partido da Terra vem de colaborar na publicação do *Guia para o descenso enerxético*, um livro editado pola Asociación Véspera de Nada. Considerando que o atual aumento dos preços da luz e combustíveis se irá incrementar irreversivelmente com o chamado Teito do Petróleo (a fim da era do petróleo barato e abundante), alterando completamente o funcionamento da sociedade moderna, que depende quase totalmente desta energia, pareceu-nos necessário divulgar esta problemática na nossa paróquia através duma apresentação do *Guia* e que procura contribuir para que enfrentemos o Teito do Petróleo como comunidade.

O *Guia* achega uma análise que nos advirte do profundo impacto que vai sofrer a nossa sociedade e modo de vida e proporciona conselhos e medidas para mudar-mos para um novo modelo que não se sustente nos combustíveis fósseis. Dado que não há energia equiparável ao petróleo para sustentar uma sociedade do consumo como a atual, teremos que buscar alternativas no rural, pois só desde o rural e olhando para o local é viável um novo modelo sem petróleo. A mudança de modelo energético implica um câmbio social e político, onde a cooperação entre vizinhos e a auto-organização comunitária serão vitais.

OPINAMOS

Lousame nunca existiu. Viva Lousame!

É curioso que a organização política que se vem pronunciando publicamente contra a anexação de Lousame por parte de Noia, o Partido da Terra, seja precisamente a única organização que defende que são as paróquias e não os municípios as estruturas mais apropriadas para o nosso autogoverno. Reconhecemos que Lousame, fora da paróquia que lhe deu nome ao município, nunca existiu na verdade. Foi um invento administrativo do Estado centralizador que pretendeu sempre impor um só modelo para todo o território. Assim, o "ayuntamiento constitucional" de Lousame foi-se fazendo a partir de remendos: parte da antiga jurisdição do mosteiro de Tojos Outos, parte da de Noia, e parte da de Beluso. Só assim se explica que num só município estejam Fruíme, naturalmente virado para as paróquias arouçãs de Bealo e Taragonha, junto com Cambonho, já na vertente norte da Barbança.

Ainda que a supressão das escolas unitárias paroquiais e a extensão do ensino secundário, junto com o êxito de algumas iniciativas culturais e desportivas conjuntas, criara uma certa identidade municipal entre os mais jovens das distintas paróquias, é só perguntar aos mais velhos para confirmar que o relacionamento real entre algumas das nossas paróquias (como pode ser Vila Cova com Cambonho) nunca passou do anedótico. Historicamente a identidade esteve ligada a cada aldeia (na maior parte dos casos, comunidade gestora do comum) e a cada paróquia (espaço de vínculos sociais e simbólicos). O município de Lousame, e a sua capitalidade numa encruzilhada de caminhos, não deixa de ser um invento, mais ou menos aleatório, mais ou menos desacertado, para administrar em proveito do Estado uma população dispersa organizada seguindo as lógicas tradicionais de autogoverno em assembleia vizinhal.

Poderia parecer populismo barato que sejamos nós, e não outros, a defender a continuidade de um município no que, por definição e concepção, não cremos. No entanto, estamos convencidas, polos motivos que já se indicaram nesta publicação, de que anexação e supressão do município eliminaria de raiz as possibilidades de devolver a capacidade de decidir às pessoas e às comunidades das nossas paróquias. Ou, pelo menos, eliminaria a hipótese de o fazer através de vias institucionais: retornando às comunidades as competências e recursos municipais que hoje controlam os mecanismos da política profissional, ora do PP, ora doutros partidos.

As eleições de 2015 serão decisivas para determinar se as paróquias de Lousame se querem unir entre si para governarem-se cada uma a si própria; ou se querem deixar que as governem outros, talvez desde Porto Bravo, talvez desde Noia, mas nunca desde as nossas comunidades.

Estar contra a fusão não implica, como se desprende do anterior, assumir o atual modelo municipal. A existência de "concelhos comarcais", que funcionassem como mancomunidades de paróquias autogovernadas, decidindo conjuntamente sobre serviços construídos e sustentados em comum (como poderiam ser um hospital comarcal, um sistema de distribuição elétrica ou uma união comarcal de cooperativas de crédito) seria uma proposta muito distinta à que nos queremos vender com as fusões. Nessa alternativa, os serviços mancomunados estariam sempre sob o controle direto das estruturas políticas paro-

quiais (isto é, da vizinhança) e não da mão de políticos profissionais ocupados principalmente em garantir o seu lucro pessoal e o das empresas "amigas" que os sustentam. Este modelo requer obviamente de uma descentralização prévia do poder municipal, construindo desde as comunidades as competências cívicas que permitam gerir as fórmulas de cooperação comarcais mais apropriadas em função dos interesses vizinhais.

Sabemos que o PP de Lousame e Noia não querem falar do assunto da anexação até passadas as eleições do ano próximo. Como em qualquer outra máquina "tragaperras", podem ser várias as combinações de poder nos dous municípios as que favoreçam o processo de fusão. Os partidos de políticos profissionais coincidem no interesse de ter "untamientos" mais grandes, com maiores orçamentos, nos que poder chuchar à vontade. Por isso apontam as "quinielas" que o ex-regedor de Lousame, Santiago Freire, habilmente investido deputado autonómico na mesma semana que se tornou público o desfalco de um quarto de milhão de euros da mão do seu tesoureiro, será o candidato do PP para Noia. As eleições de 2015 serão decisivas para determinar se as paróquias de Lousame se querem unir entre si para governarem-se cada uma a si própria, utilizando o município, por artificial que seja, em proveito próprio; ou se querem deixar que as governem outros, talvez desde Porto Bravo, talvez desde Noia, mas nunca desde as nossas comunidades.

Assim pois... **Viva o Lousame das paróquias, das aldeias, das pessoas!**

Iolanda Mato Creo e Joám Evans Pim
(Partido da Terra de Vila Cova)
info@partidodatterra.net

Votar cada 4 anos? E se governasses ti cada dia?

De vez em quando, os partidos de políticos profissionais andam detrás do teu voto com promessas para as nossas aldeias, para a nossa paróquia, ou para ti e os teus. Bem sabes onde acabam essas promessas...

Realmente é "democracia" votar cada 4 anos para que che governem outros às tuas costas? E se nos governássemos nós cada dia sem depender dos políticos profissionais? Como?

O Partido da Terra de Vila Cova forma parte duma mancomunidade de iniciativas locais que defendem o autogoverno comunitário. Está pensado como plataforma para que as comunidades poidamos intervir diretamente no governo municipal através de assembleias de aldeia ou paróquia (como as próprias comunidades de montes vizinhais). Só que sem ter que prestar obediência a um partido. O único partido é a nossa comunidade, as nossas aldeias e a nossa paróquia, e o programa é aquilo que a assembleia vizinhal decida.

Se a paróquia de Vila Cova apoia a candidatura feita por e para ela, e coordenando-nos para fazer o mesmo nas outras paróquias de Lousame, podes estar certo de que estará no município com voz própria e capacidade de decidir.

Para garantir que as pessoas que resultem eleitas pola candidatura respondam ante a vizinhança, estas devem comprometer-se a:

1. Votar e defender no município o que decidam os vizinhos em cada assembleia.

2. Garantir, através de ordenança municipal, a capacidade de decidir das aldeias e paróquias em todos os assuntos políticos.

3. Renunciar a cobrar, pois levar ao município o decidido nas assembleias vizinhais nunca deve ser um trabalho remunerado. Trabalhar executando o mandato dos vizinhos é tarefa dos funcionários e técnicos municipais. As pessoas eleitas só deveriam ser compensadas economicamente por gastos de deslocamento ou, de ser absolutamente necessário, por horas subtraídas ao trabalho.

É isto possível?

Pois é. E há precedentes. Há mais de 100 municípios no Estado nos que todas as pessoas têm o estatuto de concelheiras simplesmente por serem vizinhas do lugar, e onde é a assembleia chamada "concelho aberto", na que todos têm voz e voto, a que decide sobre os assuntos do município. Este tipo de autogoverno ativo, normal em países como a Suíça, tem profundas raízes históricas na nossa Terra e pode ser recuperada através dos passos que aquirese apresentam.

Porque todos somos políticos, desalojemos a política profissional de Vila Cova e Lousame!

Feira itinerante pola soberania das nossas paróquias: proposta

O Partido da Terra de Vila Cova propõe organizarmos uma feira de intercâmbio de produtos da casa o primeiro domingo de cada mês, de forma itinerante: cada mês numa das paróquias do município, começando em Vila Cova. As feiras, que coincidiriam com as do Curro, são uma forma de fazer ver que nas nossas paróquias temos muito do que precisamos para a nossa vida diária e, com isso, muito caminho andado rumo à autossuficiência. Autossuficiência como via para gerar emprego, para evitar a migração da gente nova e o "exílio" dos maiores, para aproveitar o que temos sem necessidade de traé-lo de longe, sem que ninguém nos anexe ou governe desde fora.

Em que está escrito isto?

Este informativo está escrito conforme o Acordo Ortográfico de 1990, consensado por galegos, portugueses, brasileiros e outros países que falam a nossa língua. Escrever numa ortografia comum a 250 milhões de pessoas facilita o valor internacional da nossa língua frente os que a querem reduzir a pequena língua regional. Por isso, o Parlamento galego vai aprovar em 2014 uma lei que reconhece publicamente, por primeira vez, o contributo galego ao Acordo Ortográfico de 1990 e estabelece vias para um maior conhecimento dessa via na nossa sociedade. Para facilitar a leitura, convém ter em conta as seguintes equivalências gráficas entre o AO e a norma da Real Academia Galega:

NH = Ñ; LH = LL; G/J/X (regional, seja, seixo) = X (rexional, sexa, seixo); Ç = Z (lido "s"); -ÇÃO = -CIÓN/-ZÓN (lido "-sion" / "-són"); -ÇÕES = -CIÓIS (como os plurais no oriente de Lugo: "cancióis", "pantalóis"); -M (m final: em, querem) = -N[velar] (en, queren); UMA / NUMA / ALGUMA = UNHA / NUNHA / ALGUNHA; etc.

